

Desenvolvimento Espontâneo ou Induzido? O Papel das Relações Interorganizacionais no Desenvolvimento de uma Aglomeração Produtiva do Setor Têxtil

Autoria: Wellington Tavares, Cleber Carvalho de Castro

RESUMO

A cooperação e a criação de mecanismos relacionais entre empresas e instituições de apoio, mesmo incorrendo em custos, podem facilitar a entrada em novos mercados e aumentar a competitividade das organizações e de aglomerações produtivas nas quais elas se inserem. As aglomerações podem surgir espontaneamente por meio do desenvolvimento de empreendimentos semelhantes ou complementares em uma determinada região, ou por parte de interesses de governos e outros órgãos que se comprometam a dar condições para o seu desenvolvimento. É neste sentido que as relações entre empresários e instituições de apoio deveriam ser úteis para promover uma maior interação entre estes agentes e propiciar um maior desempenho das atividades produtivas, bem como o desenvolvimento da aglomeração e dos aspectos econômicos das localidades em que se inserem. Diante disto e da relevância dos aspectos relacionais para o desenvolvimento de empresas e das aglomerações, o objetivo deste estudo é caracterizar os principais aspectos de interação e cooperação entre os diferentes agentes (públicos e privados) e sua influência na formação da aglomeração produtiva no setor têxtil na microrregião de Campo Belo (MG). Para isto, este trabalho se desenvolveu sob a perspectiva da pesquisa qualitativa por meio de um Estudo de Casos, pautando-se de uma série de entrevistas com empresários, prefeituras municipais de sete municípios da microrregião e de demais instituições de apoio à aglomeração produtiva. Entre os principais achados da pesquisa, observou-se que existe dificuldade de interações entre empresas e instituições de apoio, podendo ser resultantes da falta de cooperação e organização entre o empresariado. A partir desta situação, ficou claro que o pequeno envolvimento do setor público e das instituições de apoio tem se mostrado bastante insuficiente se comparado ao crescimento do setor na microrregião. As prefeituras municipais e as instituições de apoio têm atuado de forma reativa quanto às demandas do setor e incipiente quanto às ações que realiza, muitas vezes com apoio direcionado a determinados empresários e não ao setor como um todo. Além disto, demonstra as limitações do modelo atual para o maior desenvolvimento da aglomeração e o distanciamento que apresenta dos modelos tradicionais de Arranjos Produtivos Locais, justamente por ainda não estabelecerem uma forma arranjada de suas relações e atividades.

1. INTRODUÇÃO

Os empreendimentos de pequeno porte muitas vezes são alvos de programas e políticas públicas que buscam sustentar ou apoiar suas atuações no mercado. Normalmente, estas ações priorizam a capacitação de mão-de-obra, implantação de incubadoras de empresas, incentivos para implantação de plantas industriais entre outros. Além disso, a própria legislação que dá direcionamento e rege as atividades das Micro e Pequenas Empresas (MPE's), constantemente passa por mudanças que abrangem fatores como o estímulo do uso de micro-crédito, facilidades para recolhimento de impostos e uma série de propostas para direcionar os pequenos empreendedores a formalizarem suas empresas.

Outros fatores, tais como a estrutura de governança adotada por empreendimentos de pequeno porte, têm sido alvos de estudos que procuram demonstrar a relevância das estratégias compartilhadas entre estes empreendimentos e das interações com agentes de apoio para dar maior coesão às suas atividades, elevar seus níveis competitivos frente ao mercado e possibilitar o desenvolvimento econômico nas regiões em que se estabelecem as aglomerações produtivas.

A capacidade competitiva surge, em partes, como resultado da interação com diferentes agentes localizados nas aglomerações. Por isto, as ações do setor público e agentes de apoio, bem como a localização das empresas, apresentam-se como fatores a serem considerados para a obtenção de competitividade de empresas e setores, em especial na relevância com que estes têm se apresentado no estabelecimento dos Arranjos Produtivos Locais - APLs. Estas aglomerações podem ser definidas como uma concentração de empresas e instituições de apoio em determinadas regiões geográficas, apresentando alguma especialização produtiva e formas de articulação entre os agentes. Tal conceituação leva em conta, ainda, o nível de cooperação e aprendizagem que elas têm entre si e com outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas, de auxílio e incentivo.

A implantação e consolidação de APLs tornam-se extremamente relevantes para o desenvolvimento socioeconômico de territórios. Porém, para que tal desenvolvimento se concretize, novas posturas têm sido adotadas por entes governamentais em várias partes do mundo e apontam para mudanças no que se refere ao retorno dado à sociedade em termos de projetos, políticas e atividades desempenhadas para favorecer seu desenvolvimento social e econômico. Como exemplo, citam-se as novas estratégias surgidas que visam potencializar o desenvolvimento endógeno de certas regiões por meio de programas relacionados ao empreendedorismo, cooperativismo e outras formas de organização do trabalho. Além disso, nota-se a ampliação e fortalecimento de bases para implantação de novas empresas, tais como programas de capacitação para o trabalho, políticas de incentivos fiscais e tributários, ampliação e facilidade na obtenção de financiamentos/empréstimos do próprio governo e de entidades privadas.

A microrregião de Campo Belo, situada no sudoeste do estado de Minas Gerais, tem se despontado como núcleo de produção de peças de vestuário, congregando um grande número de empresas do setor têxtil, em especial indústrias de facção, como são denominadas as indústrias de transformação do setor têxtil. Este crescimento favorece a concentração de mais empresas que se torna responsável por gerar empregos e renda, impactando diretamente na estrutura econômica e social da região. Visto isto, torna-se necessário identificar os principais elementos existentes nas relações para se compreender a dinâmica e a capacidade competitiva da aglomeração, diante do papel que cada agente representa. Neste sentido, o presente estudo busca elucidar a seguinte questão de pesquisa: **Quais os principais aspectos relacionais presentes na interação entre empresários e instituições de apoio na aglomeração industrial do setor têxtil na microrregião de Campo Belo (MG)?**

A partir desta questão de pesquisa, definiu-se como objetivo deste estudo caracterizar os principais aspectos relacionais de interação e cooperação entre os diferentes agentes (públicos e privados) no setor têxtil e sua influência na formação da aglomeração produtiva na microrregião de Campo Belo (MG). Para tal, levanta-se uma série de aspectos relacionados à interação, ou falta dela, na relação entre empresas e agentes (públicos e privados) de apoio ao desenvolvimento desta aglomeração de empresas. Estes aspectos relacionais são identificados e analisados segundo a visão dos agentes entrevistados – empresários e representantes das instituições. Além disto, procura-se identificar as ações já desenvolvidas pelas instituições presentes na microrregião, as que se encontram em andamento e as possíveis ações a serem implantadas.

A microrregião em estudo é composta por sete municípios, com população total estimada em 116.377 residentes. Este dado, bem como a divisão da população por municípios pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 1: Municípios da Microrregião de Campo Belo (MG)

Ordem	Município	UF	População
1	Aguanil	MG	4.315
2	Campo Belo	MG	53.653
3	Cana Verde	MG	5.915
4	Candeias	MG	16.281
5	Cristais	MG	11.269
6	Perdões	MG	20.228
7	Santana do Jacaré	MG	4.716
Total	Microrregião	MG	116.377

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009

A partir do conhecimento deste contexto, apresenta-se a seguir o referencial teórico que dará base para a apresentação dos resultados da pesquisa e a posterior análise e discussão dos mesmos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A organização de empresas em redes no formato das aglomerações geográficas tem sido cada vez mais frequente nos mais variados países e, segundo Gordon e McCann (2005), esse fenômeno organizacional torna os processos menos custosos e mais eficientes em termos de novidades de produtos e processos produtivos, criando um ambiente favorável aos negócios.

Os aglomerados produtivos são reflexos das transformações nas organizações, em um mundo que busca cada vez mais se conectar em redes. Neste contexto de redes, as organizações, em especial as empresas de menor porte, buscam parcerias como meio de obter novos nichos de mercado por meio da cooperação com demais empresas de diferentes portes (CASTELLS, 2007; GOMEZ e HELMSING, 2008).

Estudos realizados por Brusco (1982), há mais de vinte e oito anos na região da Emilia Romagna na Itália, já apontavam a relevância da estrutura industrial e da estrutura das relações estabelecidas entre os agentes de uma aglomeração, com vistas a alcançar maior flexibilidade produtiva e inovações para atender as demandas dos dinâmicos mercados consumidores que foram surgindo. Além disso, fatores como a associação entre empresas, geradas pelas iniciativas de cooperação, passaram a favorecer a expansão de empresas de menor porte, por conseguirem ganhar em economias de escalas o que não obtinham atuando isoladamente.

Em virtude da enorme quantidade de estudos da atualidade que tratam de aglomerações geográficas, muitas são as denominações criadas para caracterizar essas

regiões, tais como Distritos Industriais (MARSHALL, 1966; BRUSCO, 1982, 1986, 1990), *Clusters* (KRUGMAN, 1991; PORTER, 1998, 1999), *Milieux Innovateur* (LASTRES e CASSIOLATO, 2003), Sistemas Inovativos e Produtivos Locais - SPILs (LASTRES e CASSIOLATO, 2003) e Arranjos Produtivos Locais – APLs (SEBRAE, 2003; SANTOS e FERREIRA JÚNIOR, 2006; CROCCO et al., 2006; CASSIOLATO e LASTRES, 2003).

Uma característica básica de tais aglomerações é a forte integração de pequenas e médias empresas, grande especialização da mão-de-obra e presença ativa da comunidade. O foco de estudo destas aglomerações está no entendimento das externalidades econômicas geradas pelas concentrações e da passividade de demais empresas na obtenção de benefícios da concentração (MARSHALL, 1966; BRUSCO, 1982, 1986, 1990).

No contexto brasileiro, relativo às concentrações geográficas de empresas, normalmente conceitua-se como Arranjos Produtivos Locais (APLs) regiões que congregam um número considerável de empresas que possuem atividades, produtos e/ou serviços semelhantes em determinado território e mantém inter-relações entre si e com outros agentes, tais como consórcios de exportação, associações de compra de insumos, entidades de apoio do governo, entre outras (CASSAROTO FILHO e PIRES, 2001).

Como se apresentou, as aglomerações produtivas se apresentam por meio de diferentes conceitos e realidades. Contudo, a maior parte dos elementos que os constituem são semelhantes e caracterizam de maneira geral esse tipo de aglomeração produtiva geográfica. De acordo com ZISSIMOS (2007), apesar das várias conceituações encontradas sobre o fenômeno das aglomerações, elas apresentam alguns elementos comuns, tais como espaço geográfico com delimitações onde os agentes se localizam, as instituições de suporte e a inter-relação das empresas entre si e com as instituições.

Porter (1998) apresenta, entre as principais características de uma aglomeração industrial, a forte interação em uma rede de relacionamentos formada pelos mais diversos agentes de uma dada localidade, tais como empresas, universidades, associações comerciais, de classe e normalização, agências do governo e demais instituições de apoio. Aponta ainda que a formação dessas aglomerações permita que se crie um melhor canal de comunicação entre o setor privado (*empresas e entidades privadas de apoio*) e o setor público (em suas atividades de apoio direcionadas para a educação, formação de trabalhadores, infraestrutura, financiamento, definição de legislação e política industrial, entre outras). O autor aponta ainda que a dualidade “concorrência/cooperação” é que permite às aglomerações desenvolverem suas competências locais.

De acordo com Correia (2003), a interação das empresas possibilita que se reduza a assimetria e possa se trabalhar com vistas ao desenvolvimento de inovações constantes por meio dos *spillovers* de conhecimento (KESIDOU e ROMIJN, 2008), além de aumentar a eficiência coletiva (SCHIMITZ, 1995; SCHIMITZ e NADVI, 1999; CROCCO et al., 2006; CORREIA, 2003; SANTOS e FERRERIA JÚNIOR, 2006; PARRILLI, 2007; ERBER, 2008).

O processo de desenvolvimento das aglomerações pressupõe, ainda, a existência de incentivos e benefícios criados pelo setor público por meio de políticas e programas que aumentem a especialização de mão-de-obra e diminuam custos e impostos, visando o incremento da produtividade e a criação de associações que forneçam suporte ao pleno desenvolvimento do mesmo (GORDON e McCANN, 2005). Tal desenvolvimento requer a observação da relação (empresa/indústria/geografia), em que fatores específicos ligados à natureza e tipos de cada aglomeração devam ser analisados para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico da região.

2.1 A abordagem das políticas de indução para o desenvolvimento

As aglomerações produtivas normalmente apresentam uma gama variada de agentes públicos e privados que dão base para o desenvolvimento da mesma. De forma geral, tais

agentes têm o papel de induzir o desenvolvimento por meio das políticas e ações que realizam.

Ao se falar de políticas de indução apresentam-se duas linhas de argumentação que se referem à importância das mesmas para o desenvolvimento das aglomerações: políticas indutoras e governança existente em seu ambiente. As políticas indutoras são essenciais para os agrupamentos, não bastando apenas os esforços espontâneos das MPEs para se organizarem, ressaltando-se a relevância dada às políticas de mercado nos níveis internacional, nacional e local (PARRILLI, 2007).

Outro aspecto a ser analisado é a maneira como as empresas se organizam nas aglomerações em termos de governança (WILLIAMSON, 2003). A distinção dos tipos de governança (mercado, rede, hierárquica, e quase hierárquica) torna-se necessária para que possa analisar como as MPEs e as aglomerações se inserem nas cadeias globais de valor e de que maneira as forças nacionais e internacionais podem intervir para dinamizar o seu desenvolvimento.

Neste contexto, Parrilli (2007) resalta a importância de políticas que induzem o crescimento dos APLs, por meio da proteção dos interesses das MPEs e destas aglomerações, bem como da facilitação de suas entradas para competir nos mercados, enfrentando as forças dos competidores. Assim, as políticas podem se direcionar, por exemplo, para o suporte financeiro, comunicação de tecnologias e/ou informações de mercado.

Considerando a importância dos governos no desenvolvimento das regiões, Putnam (2007) argumenta que a atuação dos governos pode surtir melhores resultados por meio de mudanças nas próprias formas de gestão pública, passando de forma centralizada para forma regionalizada. Contudo, esse movimento é novo, datando sua maior aceitação no final da década de 1980 e início da década de 1990. As políticas públicas requerem o envolvimento de demais atores sociais, por meio de maior cooperação, a fim de suprirem as demandas sociais e permitir que as regiões se desenvolvam com maior dinâmica.

Desde a década de 1980, nota-se o constante envolvimento dos diferentes níveis de governo (nacional e local/regional) com vistas a fomentar o desenvolvimento de pequenas empresas em vários países. Normalmente, o envolvimento dos entes públicos se dá por meio de políticas criadas e direcionadas ao incentivo para a criação e reforço dos vários tipos de aglomerações que elas podem constituir ao cooperarem entre si e dos agentes que dão base para o desenvolvimento das suas atividades e estruturas. Desse modo, o setor público demonstra preocupação com tais empreendimentos, visto que as empresas de menor porte, mesmo que em situação de submissão a grandes empresas, são partes essenciais para a dinâmica dos mercados (SOUZA e BOTELHO, 2001).

De acordo com Vergara e Corrêa (2004), as iniciativas dos governos locais devem (re)conhecer três aspectos: a) a construção do município-rede, no qual o desenvolvimento de determinada localidade é integrado por diferentes organizações e atores na construção de uma espécie de teia tecida por eles; b) a complexa função da gestão municipal em desenvolver políticas que atendam às demandas ambientais, políticas, humanas, sociais, tecnológicas e organizacionais da comunidade como um todo; c) a necessidade de coordenação e integração de ações públicas e privadas para o alcance de resultados de forma equitativa.

No Brasil, por exemplo, observa-se o predomínio de baixos índices de desenvolvimento dos municípios e regiões, além de pouca expressividade de indicadores de Produto Interno Bruto - PIB locais pela falta ou ineficiência de condições estruturais que permitam que essas localidades avancem social e economicamente, por meio do desenvolvimento de elementos relacionados ao empreendedorismo e criação de empresas. Além disso, a existência de um planejamento regional poderia levar às regiões a alcançarem resultados através da integração com foco no desenvolvimento. Nesse caso, pode-se falar de um regionalismo cooperativo, resultado de alianças horizontais entre municípios. Tais

alianças podem ser efetuadas no plano microrregional segundo a vocação econômica comum aos municípios (CAMARGO, 2004).

Nesse sentido, cabe aos governos estimular as comunidades para a elaboração de planos estratégicos e projetos de desenvolvimento. Além disso, deve ser o porta-voz do desenvolvimento, contribuindo para que os planos se concretizem, por meio de aspectos técnicos e políticos que cabe a ele implementar. Assim, sua função é de motivador e não de agente principal de transformações, ele apenas canaliza os esforços e dá subsídios para a efetuação dos planos de desenvolvimento endógeno gerados na comunidade (COSTA e CUNHA, 2004; CAMARGO, 2004).

As empresas aglomeradas em dados setores têm condições de averiguar oportunidades juntamente e estimular a crescente atuação conjunta, com foco na especialização da aglomeração, atualização tecnológica e geração de empregos nas localidades em que se inserem (SOUZA e BOTELHO, 2001; GOMEZ e HELMISING, 2008). As políticas públicas podem ser utilizadas para estimular o desenvolvimento de competências comuns entre as empresas situadas em seus territórios, estimulando dessa maneira o aumento da motivação das pequenas empresas para se aglomerarem e buscar se desenvolver conjuntamente por meio de ações coletivas e consequentemente alcançarem o desenvolvimento regional (SOUZA e BOTELHO, 2001).

De acordo com o apresentado, as aglomerações produtivas podem surgir espontaneamente em razão do desenvolvimento de setores produtivos específicos em uma localidade, mas também por meio da influência de políticas privadas e públicas. Nesse último caso, as políticas públicas seriam instrumentos para o desenvolvimento de aglomerações nas regiões, focando-se em elementos como: a provisão de infraestrutura, educação e treinamento; incentivo à criação de redes de negócios e colaboração interempresariais, e; melhoramentos gerais no ambiente de negócios (ENRIGHT, 2003). Assim, um dos papéis dos governos, tanto ao nível local/regional como nacional, é facilitar a criação de redes de negócios visando catalisar as dinâmicas vantagens comparativas e agir como uma instituição construtora em favor da eficiência dos seus sistemas de inovação regional e nacional (OECD, 1999).

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O presente estudo foi desenvolvido com base na perspectiva da pesquisa qualitativa, que tem se apresentado como uma das mais utilizadas na literatura internacional no campo das relações interorganizacionais (BETTS e STODER, 2003). Segundo Bogdan e Bilken (1982), pode-se citar entre suas principais características que o ambiente natural (realidade social) apresenta-se como fonte direta dos dados, os quais são analisados e interpretado de acordo com a percepção do pesquisador quanto ao fenômeno estudado.

O estudo de casos, utilizado neste trabalho, é um dos mais importantes estudos dentro da pesquisa qualitativa, sendo muito utilizado na atualidade nas ciências sociais, após ter sido amplamente utilizado nas áreas da saúde humana, ao se estudar ‘caso a caso’ as patologias dos pacientes (BECKER, 1993). Este estudo normalmente é utilizado para responder as questões “como” e “por quê” certos fenômenos acontecem e não se requer controle sobre o comportamento dos eventos (YIN, 1994).

3.1 Coleta de Dados

Os dados foram coletados em fontes secundárias e fontes primárias. Os principais dados secundários foram obtidos das Prefeituras Municipais e Associações Comerciais, Industriais e Setoriais dos municípios da microrregião, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio

às Micro e Pequenas Empresas), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Relação Anual de Informações Sociais e das empresas envolvidas na pesquisa.

As fontes dos dados primários foram as entrevistas realizadas com as empresas participantes com atuação nos municípios da microrregião de Campo Belo, conforme já apresentados neste trabalho. A coleta de dados contou com três roteiros de entrevista que buscaram, sobretudo, identificar quais fatores caracterizavam a aglomeração de empresas do setor têxtil na microrregião. Foram necessários três diferentes roteiros, visto que os entrevistados foram agrupados em três grupos: empresários, representantes do setor público e instituições de apoio. Realizou-se as quantidades de entrevistas em cada município que compõe a região considerada, conforme a Tabela 2.

TABELA 2: Distribuição das entrevistas por segmento e município

Cidades	Número de estabelecimentos	Empresários	Setor Público	Instituições de apoio
Aguanil	06	01	01	0
Campo Belo	85	06	01	02
Cana Verde	02	01	01	0
Candeias	12	01	01	01
Cristais	72	07	01	0
Perdões	05	0	01	0
Santana do Jacaré	04	01	01	0
Microrregião	186	17	07	03

Fonte: Elaborado com base nos do MTE/RAIS (2008)

O número de empresas estudadas em cada município, relativo à Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE - da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/TEM), foi a atividade de “Confecção de artigos de vestuário e acessórios”, executado conforme o número de estabelecimentos demonstrados na Tabela 2. A definição da quantidade de empresas pesquisadas teve por base o número de estabelecimentos do setor em cada município segundo dados da RAIS/MTE. Contudo, estes dados não fazem separação entre estabelecimentos caracterizados como confecções ou como facções (empresas terceirizadas das confecções).

Esta pesquisa não teve por base o trabalho com uma amostragem estatística. A pesquisa de campo se fez necessária para entender as perspectivas dos atores locais relacionados ao setor foco deste trabalho. Para isto, definiu-se o número de empresas pesquisadas com base em uma representação qualitativa do número de estabelecimentos de cada município. Para os municípios com menos de 10 estabelecimentos definiu-se o número de 01 (uma) empresa entrevistada, com exceção do município de Perdões em que não foi possível identificar empresas do setor, apesar dos dados de 2008 do MTE/RAIS apresentarem 5 empresas.

Os empresários entrevistados neste estudo foram definidos a partir dos bancos de dados das prefeituras municipais e associações comercial e industrial relacionadas ao setor industrial. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, formando (junto com os dados secundários) um banco de dados dos casos para posterior análise. Os empresários entrevistados foram denominados nesta pesquisa pela letra “E”, seguida de um número com duas casas decimais para classificá-los.

Além das empresas do setor, foi entrevistado 01 (um) representante de cada uma das sete prefeituras dos municípios que compõem a microrregião, sendo denominados nesta pesquisa pela letra “P”, seguida de um número com duas casas decimais. Além destes foram ouvidos os representantes das Associações Comercial e Industrial, dos municípios que as apresentam, a saber: Campo Belo e Candeias. Outra instituição pesquisada foi o SEBRAE, com representação no município de Campo Belo, mas sede no município de Formiga (MG).

Para o mesmo efeito de sigilo das informações, adotou-se como denominação para estes entrevistados a letra “T”, seguida de um número com duas casas decimais. Apesar de estas instituições não terem um foco específico de atuação para este setor, buscou-se conhecer as ações executadas pelos mesmos em relação às empresas do setor têxtil.

3.4 Plano de Análise dos Dados

Após a transcrição das entrevistas gravadas, foi realizada a análise de conteúdo, que, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1992), refere-se à escolha de termos utilizados pelos entrevistados, sua frequência de citações e o modo como são dispostas, permitindo que, a partir da formação do discurso, se retire informações que possibilitem construir conhecimentos. Contudo, a objetividade que se pretende alcançar via Análise de Conteúdo não se afasta da “neutralidade” buscada pelo analista, que se mune de instrumentos para obter a significação profunda dos textos. Além disto, esta metodologia busca afastar as chances de se incorporar a subjetividade na análise, reforçando a tentativa de se neutralizar a análise e evitar que esta se invalide, tornando-a mais precisa e cientificamente sustentada (BARDIN, 2004).

Segundo Rocha e Deusdará (2005, p. 307), “o objetivo do tipo de análise preconizado pela Análise de Conteúdo é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto”. Para tal, busca-se analisar de forma lógica o sentido do texto por meio da semântica, bem como o sentido das palavras por meio da hermenêutica.

A partir destes esclarecimentos, parte-se na sequência, para a apresentação dos principais dados obtidos na pesquisa como forma de responder ao objetivo deste trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os argumentos apontados pelos empresários do setor têxtil e pelas instituições de apoio ao setor, no nível municipal/regional. Para isto, parte-se inicialmente para a apresentação dos argumentos do empresariado local, organizados em categorias analíticas, com relação à (in)existência de apoio, a eficiência do mesmo, bem como a forma como se dá e os aspectos que permeiam tais relações de colaboração entre os agentes do setor na microrregião.

Neste sentido, apresenta-se na Figura 1 um quadro sintético com os principais argumentos dos empresários em relação ao apoio em suas atividades.

Categorias de análise	Nº	Fragmentos ilustrativos
Inexistência ou desconhecimento da atuação de instituições de apoio	01	[...] Não. Não tem nada! Eu acho que tinha que ter mais suporte. Por exemplo, se tivesse uma escolinha para treinar o profissional seria ótimo! E ainda daria para empregar mais pessoas. (E10)
		[...] Não vejo atuação de nenhuma instituição, a gente está isolado. A situação atual é que de isolamento, cada um cuida de si. (E17)
		[...] Aqui não existe isso. Não que não seja de meu conhecimento, não tem mesmo. (E01)
		[...] Infelizmente não. Antes a gente recebia ajuda na medicina do trabalho que era fornecida pela prefeitura. (E12)
		[...] Teve uma época, há muito tempo atrás, em outra gestão, eu tive ajuda para transportar umas peças para Campo Belo, mas depois cortou. Mas nunca tive ajuda de aluguel de cômodo, nem de ajuda para primeiro emprego, não conheço nenhuma ajuda não. Nunca ouvi que tivesse ajuda. (E09)

Continua...

Figura 1 Cont.

Categorias de análise	Nº	Fragmentos ilustrativos
Conhecimento do apoio do setor público	02	[...] <i>A prefeitura municipal disponibiliza uma escola de costura contínua de formação de mão-de-obra. A ajuda é essa. Mas quanto ao apoio do SEBRAE e FIEMG não temos não. Gostaríamos que tivesse mais apoio.</i> (E11)
		[...] <i>Teve ajuda da prefeitura. Mas agora para te falar a verdade, a prefeitura tem um pré-requisito que eu não concordo. Inclusive eu já falei, ele dá uma ajuda para o aluguel, mas a firma tem que dar emprego depois.</i> (E06)
		[...] <i>Tem uma lei municipal aqui em que o prefeito paga o aluguel. Desde que eu montei a fábrica, eu paguei aluguel por três meses e entrei com recurso na prefeitura. É uma ajuda que faz muita diferença para o microempresário. No caso, só a prefeitura.</i> (E08)
Ineficiência do apoio	03	[...] <i>Aqui eles estavam dando um curso lá no SESI, as pessoas que saiam de lá não estavam preparadas, mas para muita gente ajudou, para muita gente serviu.</i> (E03)
		[...] <i>Eles não estão treinando os funcionários, lá eles mostram como a máquina funciona e chega aqui eles olham para a peça e não sabem nada.</i> (E05)
Diferenças no tratamento das empresas	04	[...] <i>É como eu estou te falando, é só para essas firmas de fora. Faz festa e depois fica um mês, um ano e vai embora e deixa todo mundo sem receber e fica por isso mesmo.</i> (E03)
		[...] <i>A prefeitura ajuda os de fora. Igual veio esses coreanos que abriram aqui, que está até fechando, esses ela dá apoio, paga aluguel para eles, fez o cômodo, preparou tudo, ajudam eles. Mas ajuda os de fora. Por que eu acho que se eles dessem um apoio para a turma daqui, era um meio da gente crescer mais. Por enquanto eu não vi ninguém falar que é daqui (o empresário) que eles (a prefeitura) deram apoio.</i> (E02)
Relações de interesses políticos	05	[...] <i>O prefeito aqui nem entra aqui, entrou aqui só para pedir voto.</i> (E01)
		[...] <i>Eu nem procuro conversar com eles, vêm aqui só na época de política.</i> (E02)
		[...] <i>Instituição mesmo só tem a prefeitura, mas não se relacionam com os empresários do setor. Tem muito aspecto político aí.</i> (E16)

Figura 1. Repertório Interpretativo - Percepções dos empresários do setor sobre a atuação de instituições de apoio.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

Como se observa, na primeira categoria são explorados os posicionamentos dos entrevistados que afirmam não conhecer ou que realmente não existe apoio algum para que o setor considerado se desenvolva na microrregião. Neste sentido, os entrevistados da maioria dos municípios disseram estar atuando isoladamente sem nenhum incentivo para se desenvolverem. Contudo, existem dois casos específicos, os municípios de Cristais e de Campo Belo.

No primeiro município, os entrevistados foram unânimes em apontar que existia apoio da prefeitura municipal ao disponibilizar um médico do trabalho para atender as confecções e facções do município, o que reduzia relativamente seus custos com os funcionários. Contudo, este apoio deixou de ser oferecido e passou elevar o custo de muitas empresas, em especial as que detêm maior quantidade de funcionários, gerando grande insatisfação do empresariado local que congrega a maior parte da mão-de-obra da região neste setor.

Por outro lado, alguns empresários apresentam uma percepção diferente da maioria, afirmando que as instituições apóiam e procuram os empresários, que falha ao não se interessar e não se envolver com os mesmos.

Alguns empresários argumentam que falta interesse do empresariado em se organizar e perseverar em suas interações, trabalhando em parceria com as instituições de apoio. Uma entrevistada aponta, com relação às ações destes órgãos, que existe uma considerável falta de interesse dos empresários em serem ajudados ao argumentar que [...] *Nós tentamos fazer um curso, veio uma consultora para fazer um trabalho com a gente. Começou com um grupo grande depois foi reduzindo. Não é oferecido nada na região. Por que o pessoal não vai.* (E06)

Já no município de Campo Belo, apenas um dos entrevistados disse não conhecer a atuação de nenhuma instituição. A maior parte dos entrevistados disse conhecer a atuação da prefeitura municipal ao disponibilizar cursos profissionalizantes para a formação de mão-de-obra e o pagamento de aluguel para algumas empresas, conforme consta na segunda categoria analítica. Esta realidade pode ser reforçada na fala de um representante de uma instituição de apoio do município de Campo Belo, ao afirmar que [...] *Existe incentivo. A prefeitura tem incentivado as empresas já existentes na cidade a crescer. Tem procurado atrair novas empresas para nossa cidade. A prefeitura tem oferecido treinamento para o pessoal que venha a trabalhar nesse setor.* (I01)

Contudo, este fato se apresentou com algumas ressalvas que serão trabalhadas nas categorias seguintes referentes à ineficiência do apoio concedido e as diferenças no trato dado às empresas dos municípios e aos empresários vindos de fora do município.

Na terceira categoria, apresentam-se dois argumentos de empresários sobre a ineficiência do curso oferecido pela prefeitura municipal para a formação de mão-de-obra. Estes argumentos se baseiam no fato de que é oferecido um curso incipiente para a formação de trabalhadores, conforme análise destes entrevistados.

Ainda em relação à este aspecto, outra empresária propõe que o curso continue, mas seja modificado com vistas a atender as reais necessidades dos empresários, inclusive com formação gerencial, conforme suas palavras: [...] *Acho que precisa melhorar. Um curso melhor pra turma. O que a gente sugere, é ter fundamentos para gerentes, pra gente saber gerenciar direitinho. Isso ninguém tem.* (E02)

Grande parte dos entrevistados apresentou a mesma percepção, argumentando que o curso oferecido apenas inicia os indivíduos na capacitação para o trabalho, que seria complementada quando inseridos no processo produtivo das empresas. Contudo, este fato demanda tempo e custo das empresas, gerando descontentamento e fazendo com que muitos empresários até mesmo rejeitem indivíduos capacitados no curso, preferindo disputar mão-de-obra especializada, no que é conhecido na região como “leilão de salários” pelas empresas da região.

Na quarta categoria os entrevistados apresentam suas percepções quanto às diferenças no trato que recebem da prefeitura municipal. Segundo alguns empresários, a prefeitura tem se empenhado em apoiar apenas empresas de fora que passam a se instalar na cidade. De acordo com seus argumentos, estas empresas recebem todo o tipo de auxílio, tais como cessão de imóveis para funcionamento, adequação das instalações, entre outros. Outro grupo de entrevistados argumenta que empresas da cidade também recebem ajuda quando iniciam suas atividades. Já as empresas já instaladas não recebem, conforme a fala de uma entrevistada:

[...] *Então eu acho isso errado, se eu tenho vinte funcionários e o outro contratou depois ele tem direito e eu não. Então o que uns fizeram, deu baixa na carteira do pessoal e contratou de novo, eu acho que essa lei precisava ser mais abrangente. Eu que estou com os vinte funcionários atuantes não tem porque não ter essa ajuda.* (E06)

Conforme se nota nesta fala, existe uma discordância dos empresários quanto ao modo como a prefeitura municipal tem praticado seu apoio. A forma como a política de apoio tem sido implementada faz com que muitas empresas burlem o processo, demitindo funcionários e readmitindo depois para alcançarem o apoio. Outro empresário ressalta que, mesmo ao abrir uma nova empresa no município, não é garantido o apoio de imediato, sendo necessário o empreendedor demonstrar sua competência no novo empreendimento, conforme afirma: [...] *Ela (prefeitura) quer ver primeiro se você vai conseguir pagar seus funcionários [...] se você vai continuar no mercado nos primeiros meses, a partir daí você consegue uma ajuda. Primeiro você tem que provar que dá conta de sobreviver.* (E08)

Outro aspecto a ser analisado se relaciona com as divergências político-partidárias que destacam-se como um dos principais elementos que justificam a insatisfação dos empresários em relação às ações das prefeituras municipais. Alguns entrevistados afirmam que os representantes do poder público apenas procuram os empresários em períodos eleitorais e que certas ações de apoio às empresas estão condicionadas aos interesses políticos ou benefícios de empresários que se posicionam a favor do partido ou governante.

A partir desta situação, procurou-se analisar as percepções das instituições públicas (prefeituras municipais) e das instituições de apoio encontradas na microrregião. Os argumentos apresentados por seus representantes são descritos na Figura 2 em categorias de análise.

Categorias de análise	Nº	Fragmentos ilustrativos
Posicionamento dos órgãos públicos	01	[...] <i>Todo tipo de empresário que tiver interesse e tiver uma boa índole, a prefeitura tem interesse de ajudar sim. Nos momentos mais difíceis, é que os empresários têm nos procurado.</i> (P04)
		[...] <i>As empresas têm demandado lotes para construir e estamos vendo a possibilidade de construção de um distrito industrial.</i> (P05)
		[...] <i>Os empresários deste setor não nos procuram pra nada. O pessoal do meio rural já procura. Por exemplo, neste momento estamos conseguindo os tratores para as comunidades rurais porque eles solicitam, por meio do conselho de desenvolvimento sustentável.</i> (P06)
		[...] <i>Não, normalmente as empresas não procuram. Além disso, a receita do município é muito pequena, uma das menores da microrregião e por isso falta condições para ajudar melhor as empresas. Mas quando a prefeitura é procurada, ela tenta ajudar.</i> (P07)
Posicionamento das instituições de apoio	02	[...] <i>Acaba tendo empresas que dão suporte. O pessoal que vende máquinas para esse segmento, o pessoal da área de manutenção, que dão manutenção nessas máquinas também. E tem o SEBRAE, prefeitura e associação comercial. São os três órgãos que tem maior envolvimento com esse setor, com esse segmento.</i> (I01)
		[...] <i>No caso aqui da associação comercial, o que nós oferecemos para esse pessoal, juntamente com a parceria com o SEBRAE, são cursos. Nós já demos vários cursos para esse pessoal.</i> (I02)
		[...] <i>Quando nós tentamos fazer esse trabalho a FIEMG também teve interesse em realizar esse trabalho. Ela está igual a gente também, nós estamos reativos.</i> (I03)

Figura 2 Repertório Interpretativo - Percepções das instituições de apoio sobre suas atuações.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

A primeira categoria apresenta as percepções dos representantes do poder público sobre o empresariado local do setor têxtil. A primeira argumentação desta categoria tem a concordância de todas as prefeituras municipais da microrregião, já que são unânimes em afirmar que qualquer empresa que tenha o interesse de se instalar em seus municípios, inclusive empresas de outros setores, tem o apoio da prefeitura para tal. Contudo, foi sentida

uma ausência de ações e interesses de grande parte das prefeituras municipais em apoiar o desenvolvimento ou alavancar o setor.

Na segunda argumentação nota-se que o setor é representativo para o poder público, mas ainda faltam ações e interesses concretos para auxiliar o seu desenvolvimento. A afirmação, apesar de demonstrar o interesse positivo da representante da prefeitura municipal, expressa, de forma geral, o que foi encontrado nos demais órgãos consultados desta mesma natureza: uma ausência de planos e objetivos concretos para o setor têxtil.

Contudo, conforme se nota na terceira argumentação desta categoria, esta ausência pode ser resultado da falta de demanda dos empresários por políticas direcionadas aos seus interesses. Por outro lado, a falta de demanda pode ser consequência da falta de políticas. Cria-se, neste caso, um ciclo vicioso no qual a “culpa” pela estagnação do setor torna-se, quase sempre, de responsabilidade da atuação do outro agente, por ser incorreta ou por não existir de fato.

A falta de recursos ressaltada no último argumento complementa a justificativa da deficiência da ação do setor público no setor. Obviamente, a escassez de recursos é uma forte marca de pequenos e pobres municípios como no caso da microrregião em análise. Isto implica na redução ou inexistência de incentivos financeiros para as empresas e investimentos em infraestrutura, além de impedir que os municípios isentem empresas de seus impostos. Além disto, do pouco que se possui, tem-se que ‘repartir’ entre os diversos setores que sustentam a economia municipal.

Por outro lado, muitas ações deste setor podem ser empreendidas em parceria com outras instituições de apoio, não resultando necessariamente em gastos financeiros. Neste sentido, poderia se pensar em ações conjuntas entre instituições públicas e demais instituições de apoio à atividade. Portanto, procurou-se compreender quais ações têm sido realizadas por tais instituições e a maneira como elas se posicionam neste setor, conforme suas percepções descritas na segunda categoria.

Na primeira argumentação, o representante da instituição de apoio reconhece, como outros entrevistados, que muitas empresas dão apoio para o desenvolvimento do setor, tais como lojas de aviamento, oficinas de máquinas, entre outras. Como se trata de uma aglomeração produtiva, era de se esperar que existissem empresas complementares à atividade principal, que é a produção de peças do vestuário. Mesmo assim, percebeu-se durante a pesquisa que ainda há uma insuficiência nesta estrutura, levando muitas vezes os empresários a recorrerem a outras regiões próximas como no caso de Formiga (MG) e Divinópolis (MG), duas regiões vizinhas que também apresentam o setor bem desenvolvido, ou até mesmo recorrem a grandes centros como Belo Horizonte e São Paulo para encontrar peças, aviamentos e outros complementos da produção.

A segunda argumentação expõe uma das formas como essas instituições apóiam o setor, por meio do oferecimento de cursos de capacitação em diferentes temáticas. Nota-se que existe uma parceria com outra instituição de apoio, pela qual se envolvem para direcionar suas ações de apoio por meio de cursos de capacitação profissional. Contudo, após algumas tentativas de aproximação com o empresariado da região, estas instituições mudaram seus posicionamentos tornando-se reativas de acordo com as demandas e interesses das empresas.

Nesta direção, pode-se ainda apontar outras justificativas que demonstram que os empresários se acomodaram com a situação atual do setor, não se interessando em atuar em parceria com as instituições, conforme fala de uma representante de uma instituição que promove treinamentos e capacitação:

[...] O interesse nosso é grande de trabalhar com isso, a gente gostaria muito de trabalhar com isso, porque nós temos condição de dar muita estrutura para essa turma, gerencial ou até alguma coisa tecnológica, só o

que a gente percebeu nas vezes que tentamos trabalhar com que eles que há um comodismo muito grande. A gente volta àquele negócio a gente trabalha com quem quer trabalhar. (I03)

A entrevistada complementa argumentando que além do comodismo, existe a falta de organização entre o grupo de empresários da região que, por falta de articulações e de uma liderança forte, acabam se isolando e deixando de ter acesso ao apoio que possivelmente seria disponibilizado, conforme segue:

[...] O que existe é uma desorganização do setor. A dificuldade que nós temos com eles é essa. Eles não são organizados, eles não conseguem articulações entre eles e eu não consigo conversar com uma empresa de cada vez, eu preciso conversar de uma vez. Eu acredito que é uma falta de identificação de liderança do setor. Eu percebi que até o momento eles não se articularam para conversar com a gente. Eles até tem representatividade dentro do setor para demandar alguma coisa para a gente. (I03)

A representatividade do setor é sentida por todos os entrevistados, contudo a falta de liderança e organização apresenta-se como motivo do insucesso de se criar até mesmo associações entre os próprios confeccionistas e faccionistas. Este fato é justificado por um representante de uma prefeitura municipal, conforme apresentado em sua fala:

[...] Tentou-se criar a ACONF (Associação dos Confeccionistas e Faccionistas do Tecido e Couro de Campo Belo e Região), talvez por quererem fazer uso só político não vingou por que não teve adesão dos faccionistas, a verdade é essa. Os faccionistas não aderiram, preferiram aderir à associação comercial e tem feito um trabalho. Não adianta você montar uma associação e querer que os outros venham aderir a você. E mais ou menos foi isso. (P02)

Como se observa na fala, apesar da falta de liderança, alguns empresários tentaram criar uma associação setorial na região. Porém, esta instituição não obteve representatividade dos empresários confeccionistas e faccionistas, vindo a encerrar suas atividades, reduzindo ainda mais o número de instituições que poderia servir de suporte para o desenvolvimento do setor. As instituições de apoio afirmam não haver interações, nem muito menos liderança no setor, o que compromete o desenvolvimento da aglomeração visto que este fator é um dos principais responsáveis pela coesão entre os agentes e constante interação entre os mesmos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar uma série de elementos relacionados a uma aglomeração de empresas, buscando responder à seguinte questão de pesquisa: Quais os principais aspectos presentes na interação entre empresários e instituições públicas e privadas de apoio na aglomeração industrial do setor têxtil na microrregião de Campo Belo (MG)? Para responder a esta pergunta, o trabalho pautou-se de uma investigação que propiciasse, além da resposta, a descoberta de outros elementos encontrados nas relações entre os agentes da concentração de empresas que pudessem dar condições para o entendimento do atual nível de organização do setor, das formas como se relacionam e seus desdobramentos, dos aspectos

relacionados à dinamização da aglomeração, além de diversos fatores atuais que influem no desenvolvimento atual e futuro das empresas e aglomeração.

Visto a realidade do desenvolvimento do setor e as formas como ele se desenvolve, pode-se compreender que o setor tem se desenvolvido de forma espontânea diante da vocação econômica da microrregião. O pequeno envolvimento do setor público e das instituições de apoio tem servido em alguns casos, mas de maneira bastante insuficiente se comparado ao tamanho do setor na atualidade. De forma geral, não se pode inferir que as ações isoladas de algumas prefeituras são responsáveis pelo crescimento do setor nos últimos anos, mas apenas favorecem empresas isoladas em algumas situações. Desta forma, este fenômeno de aglomeração tem se desenvolvido de forma espontânea e não induzida.

Quanto às instituições públicas, identificou-se uma pequena e insuficiente atuação das prefeituras municipais para estimular as empresas da aglomeração. De forma geral, elas têm atuado de forma reativa quanto às demandas do setor e incipiente quanto às ações que realiza, muitas vezes com apoio direcionado a determinados empresários e não ao setor como um todo. Apenas no município de Campo Belo se notou uma atuação mais ampla por meio de cursos de capacitação de mão de obra e no apoio ao pagamento de aluguéis, o que ainda pode ser melhorado. Por valorizarem muito as demais atividades e setores econômicos de seus municípios, bem como diante da insegurança demonstrada quanto ao futuro do setor têxtil, as prefeituras não têm atuado como parceiros estratégicos da aglomeração.

Além disto, a aglomeração necessita apresentar mecanismos de governança como forma de torná-la mais organizada e propensa a se desenvolver e chegar à condição de maior organização por meio do que se chama de Arranjo Produtivo Local. Ou seja, torna-se necessária a presença e atuação de pessoas e instituições capazes de liderar os atores em busca dos objetivos comuns, coordenarem ações, negociar processos decisórios e promover processos de criação e circulação de conhecimentos. As atuais instituições de apoio empresarial presentes na região não têm atuado constantemente em favor do setor e se mostram em número e em condições insuficientes para apoiar o desenvolvimento do setor. Ao invés de buscar aproximação com o setor, elas se mostraram reativas as demandas do mesmo, que dificilmente surgem de forma organizada em razão do isolamento dos empresários.

Observou-se que existem evidências de uma grande desorganização, impossibilitando, pelo menos no curto prazo, que se torne uma aglomeração mais arranjada/organizada. Apesar disto, mesmo que se apresente como uma aglomeração ainda desarranjada é possível identificar benefícios econômicos e sociais claros para empresários, trabalhadores, municípios e a população de forma geral. É possível identificar que a aglomeração do setor na microrregião tem levado ao alcance de ganhos em competitividade em virtude do reconhecimento da região como pólo produtivo, permitindo a atração de mais trabalho para as empresas e a agregação de novos parceiros.

Ainda que não se torne mais organizada, a aglomeração necessita se tornar competitiva de forma sustentável. O foco de atuação das empresas poderia passar por algumas modificações com vistas a criar melhores formas de se relacionarem entre si e com os demais agentes de apoio da aglomeração. Caso esta realidade não mude e os agentes da aglomeração não se organizem para tal, esta aglomeração pode vir a se enfraquecer ou, conforme denominação utilizada por Zaccarelli et al. (2008), entrar em processo de “ossificação”, mantendo o atual nível alcançado ou mesmo entrar em processo de falência da aglomeração, ao que chamou de “*declustering*”.

Este estudo colabora, em termos teóricos, para o entendimento de uma diferente concentração ou aglomeração produtiva que tem como foco principal a prestação de serviços para outras regiões. Deste modo, demonstra a especificidade de uma aglomeração que se distancia do modelo proposto pela literatura tradicional que trata dos APLs e demais denominações para as aglomerações produtivas. Obviamente, os modelos tradicionais dão

ênfase aos arranjos que buscam tornarem-se mais competitivos e à frente de demais empresas de um mesmo mercado por meio de aspectos como cooperação e inovação. Contudo, faltam estudos que exponham as fragilidades que tornam vulneráveis a continuidade das aglomerações e do desenvolvimento regional como esta que se baseia eminentemente no aproveitamento da habilidade produtiva local e do baixo custo da mão-de-obra.

Em termos empíricos, este estudo possibilita que se conheçam as limitações do modelo de aglomeração atual para as empresas, instituições de apoio e setor público a fim de que, de posse de informações como as disponibilizadas, possam entender a dinâmica atual do grupo de agentes e as necessidades de mudanças estruturais e relacionais. Mostra-se relevante para a elaboração de planos, políticas e ações individuais e coletivas dos agentes para alcançar índices mais elevados de integração, competitividade e sustentação dos negócios, da aglomeração e do desenvolvimento regional.

Novos estudos podem levar em consideração as perspectivas dos parceiros externos à aglomeração como os fornecedores das peças para as fábricas ou mesmo os clientes das confecções da região. Pode-se levar ainda em consideração a atuação de agentes dos governos estadual e federal para possibilitar a identificação de políticas e ações para a região caso existam, bem como identificar outros fatores relacionados aos negócios e ao mercado neste setor, visto que este trabalho focou eminentemente os aspectos relacionais das empresas da aglomeração e suas influências para a organização da mesma.

Outros estudos podem buscar ainda conhecer demais aglomerações que apresentem uma realidade semelhante e dar mais base para elaboração de políticas e ações futuras de entes governamentais e de apoio nos níveis estadual e federal para colaborar com o desenvolvimento de regiões como esta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. (2004). *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Setenta. 223 p.
- BECKER, H. S. (1993). *Método de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BETTS, S. C., STODER, M. D. (2003). The network perspective in organization studies: network organizations or network analysis? *Proceedings of the Academy of Strategic Management*, Las Vegas, v. 2, n. 2. No page.
- BOGDAN, R. C., BILKLEN, S. K. (1982). *Qualitative research for education: an introduction for to theory and methods*. Boston: Allyn and Bacon.
- BRUSCO, S. (1982). The Emilian model: productive decentralization and social integration. *Cambridge Journal of Economics*, London, v. 6, p. 167 - 184.
- BRUSCO, S. (1990). The idea of the industrial districts: its genesis. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERG, W. (Ed.). *Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies. p. 10 - 19.
- BRUSCO, S. (1999). The rules of the game in industrial districts. In: GRANDORI, A. (Ed.). *Interfirm networks, organization and industrial competitiveness*. London: Routledge. p. 51 - 68.
- BRUSCO, S. (1986). Small firms and industrial districts: the experience of Italy. In: KEEBLE, D.; WEEVER, F.(Ed.). *New firms and regional development*: London, Croom Helm. p. 184 - 202.
- CAMARGO, A. B. A. (2004). Atualidade do federalismo: tendências internacionais e a experiência brasileira. In: VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. (Org.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 188 p.

- CASSAROTO FILHO, N., PIRES, L. H. (2001). *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas.
- CASSIOLATO, J. E., LASTRES, M. H. (2003). O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. p. 21 - 65.
- CASTELLS, M. (2007). *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra. 698 p.
- CORREIA, P. C. (2003). As aglomerações produtivas especializadas como elemento facilitador de novos empreendimentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003, Brasília. *Anais...* Brasília: UEM/UEL/UnB. p. 881-897.
- COSTA, F. L., CUNHA, A. P. G. (2004). Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In: VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. (Org.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 188 p.
- CROCCO, M. A., GALINARI, R., SANTOS, F., LEMOS, M. B., SIMÕES, R. (2006). Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 211-241, maio/ago.
- ENRIGHT, M. J. (2003). Regional clusters: what we know and what we should know. In: BRÖCKER, J.; DOHSE, D.; SOLTWEDEL, R. (Org.). *Innovation clusters and interregional competition*. Kiel: Springer. p. 99-129.
- ERBER, F. S. (2008). Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 11-31. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512008000100001&lng=en&enrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2009.
- GOMEZ, G. M., HELMSING, A. H. J. (2008). Selective spatial closure and local economic development: what do we learn from the Argentine local currency systems? *World Development*, United Kingdom, v. 36, n. 11, p. 2489 - 2511.
- GORDON, I. R., McCANN, P. (2005). Cluster, innovation e regional development: an analysis of current theories and evidence. In: KARLSSON, C.; JOHANSSON, B.; STOUGH, R. R. *Industrial clusters and inter-firm networks*. Cheltenham: Elgar. p. 29-57.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 15 set. 2008.
- KESIDOU, E., ROMIJN, H. (2008). Do local knowledge spillovers matter for development?: an empirical study of Uruguay's software cluster. *World Development*, United Kingdom, v. 36, n. 10, p. 2004 - 2028.
- KRUGMAN, P. (1991). Increasing returns and economic geography. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 99, n. 31, p.483 - 499, June.
- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. (2003). *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: UFRJ - IE. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf> Acesso em: 05 maio 2009.
- MARSHALL, A. (1966). *Principles of economics: an introductory*. 8. ed. London: Macmillan. 731 p.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Boosting Innovation: the cluster approach*. Paris, 1999.
- PARRILLI, M. D. (2007). *SME cluster development: a dynamic view of survival clusters in developing countries*. London: Palgrave-Macmillan. 160 p.

- PORTER, M. E. (1999). Arranjos e competição: novas agendas para empresas, governo e instituições. In: _____. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus.
- PORTER, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, Boston, p. 77 - 90, Nov./Dec.
- PUTNAM, R. (2007). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 260 p.
- QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ROCHA, D., DEUSDARÁ, B. (2005). Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305 - 322, jul./dez.
- SANTOS, L. D., FERREIRA JÚNIOR, H. de M. (2006). Sistemas e arranjos produtivos locais: o caso do pólo de informática de Ilhéus/BA. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 411 - 442, maio/ago.
- SCHMITZ, H. (1995). Collective efficiency: growth path for small-scale industry. *Journal of Development Studies*, United Kingdom, v. 31, n. 4, p. 529 - 566.
- SCHMITZ, H., NADVI, K. (1999). Clustering and industrialization: introduction. *World Development*, United Kingdom, v. 27, n. 9, p. 1503 - 1514.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Termo de referência para atuação do SEBRAE em arranjos produtivos locais*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/DowContador?OpenAgenteunid=50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB>> Acesso em: 18 jun. 2009.
- SOUZA, M. C. A. F., BOTELHO, M. R. A. (2001). Reflexões sobre as políticas de apoio às pequenas empresas brasileiras no período recente. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 115 - 142.
- VERGARA, S. C., CORRÊA, V. L. A. (Org.). (2004). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 188 p.
- WILLIAMSON, O. E. (2003). Examining economic organization through the lens of contract. *Industrial and Corporate Change*, United Kingdom, v. 12, p. 917 - 942.
- YIN, R. K. (1994). *Case study research*. London: Sage.
- ZACARELLI, A. B., TELLES, R., SIQUEIRA, J. P. L., BOAVENTURA, J. M. G., DONAIRE, D. (2008) *Clusters e redes de negócios: uma nova visão para a gestão dos negócios*. São Paulo: Atlas. 228 p.
- ZISSIMOS, I. R. M. (2007). *Métodos de identificação e de análise de configurações produtivas locais: uma aplicação no Estado do Rio de Janeiro*. 178 p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.